

CULTURA

Uma plataforma para combater a “mercantilização” do património

Associações reactivam a Plataforma pelo Património Cultural. Objectivo? Inverter, com debate e propostas, a “deriva” das políticas públicas para o sector, algumas feitas “à revelia da lei”

Património
Lucinda Canelas

A estratégia para confiar a gestão de património cultural público a privados, traduzida na cedência de peças até aqui à guarda de um museu nacional a um grupo hoteleiro ou de parte de um mosteiro a outro, levou à reactivação da Plataforma pelo Património Cultural (PP-Cult), um grupo de associações que entre 2008 e 2014 promoveu o debate e a reflexão sobre políticas patrimoniais.

Na altura, como agora, os seus promotores pretendiam convocar associações cívicas e de profissionais, organizações de carácter técnico e científico, mas também empresas privadas e organismos públicos, para uma ampla troca de ideias sobre o património cultural como valor estratégico para o desenvolvimento do país. Esta reflexão deveria incluir ainda Governo e Parlamento.

O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS, na sigla inglesa), o Fórum Cidadania LX, a Federação dos Amigos dos Museus de Portugal, a Associação Portuguesa de Museologia (Apom) e a de Arqueologia Industrial (APAI) estão entre as 15 entidades que consideraram ser agora oportuno relançar a plataforma.

No texto que as subscritoras da PP-Cult farão circular a partir de hoje, e que serve de convite a que outras a ela se associem, justifica-se o regresso deste agregador de estruturas pelo “novo ímpeto na direcção da mercantilização do Património Cultural, pela cedência de colecções dos museus nacionais e bens culturais a unidades hoteleiras privadas, para fins principalmente decorativos, pela travagem dos processos de classificação por razões de interesse municipal ou governativo, e ainda pela nomeação de uma nova direcção do organismo de tutela – a Direcção-Geral do Património Cultural [DGPC]”.

A nomeação de Bernardo Alabaça, um gestor cuja área de especialização é o imobiliário, para encabeçar a DGPC, publicada ontem em *Diário da República*, foi fortemente contestada

por entidades ligada ao património, entre elas o ICOM-Europa, braço europeu do Conselho Internacional de Museus, e pela Apom. João Neto, seu presidente e director do Museu da Farmácia, espera agora que a plataforma relance um debate alargado capaz de contestar “as políticas concertadas” para a intrusão de privados na esfera do património cultural sem que sejam acauteladas devidamente as condições da sua preservação.

As associações subscritoras do documento que reactiva a PP-Cult centram parte das atenções no “caso” do empréstimo, quase se diria oferta”, dado o prazo de 25 anos estipulado para a cedência de 42 peças da colecção Rainer Daehnhardt que estão à guarda do Museu Nacional dos Coches ao grupo hoteleiro Vila Galé, ordenada pela secretária de Estado adjunta e do Património Cultural, Ângela Ferreira, no âmbito do Revive, programa destinado a manter e rentabilizar o património do Estado através de concessões a privados, sobretudo para fins turísticos.

Reservas ou arrecadações?

O caso que envolve um novo hotel na Coudelaria de Alter do Chão, cuja abertura está marcada para dia 13, já por si seria grave, defendem, mas torna-se ainda mais problemático, “roçando a irresponsabilidade”, por ser o primeiro de vários empréstimos previstos pelo Governo.

“Preocupa-me a falta de respeito com que o património cultural está a ser gerido, o facto de ser cada vez mais invisível”, diz João Neto, que já solicitou a intervenção “urgente” da provedora de Justiça relativamente ao despacho assinado por Ângela Ferreira, entretanto contestado pela directora do Museu dos Coches, que o considera “ilegal”. “É precisamente a perda de respeito pelo património que leva a que uma secretária de Estado possa achar que aquelas peças [armaduras, espadas, armas de fogo e outros objectos do universo equestre] estão melhor a decorar a recepção e os corredores de um hotel do que nas reservas de um museu.”

As reservas, sublinha, são um espa-

ço importante, porque ajudam o museu a contar uma história. “Não sou contra a entrada dos privados no património, não sou contra centros interpretativos em hotéis, mas não podem ser feitos de qualquer maneira. Têm de se assegurar as condições de preservação das peças e de transmissão de conhecimento. O que o Estado precisa de fazer é criar estratégias para valorizar as reservas e para as abrir ao público. E o que está a fazer? Trata-as como se fossem armazéns onde pode ir buscar coisas. Ora, a reserva de um museu nacional não é uma arrecadação”, acrescenta o presidente da Apom.

Dizem ainda os responsáveis das entidades signatárias que esta linha estratégica do executivo para o património entra em “contradição” com o novo modelo de autonomia e gestão de monumentos e museus que está ainda em fase de implantação.

Fazendo a ponte para as mais de 100 obras desaparecidas da colecção de arte contemporânea do Estado e reconhecendo que o depósito de peças de acervos públicos em pousadas nacionais, ministérios e embaixadas é prática no país há décadas, o documento aproveita para perguntar se há um inventário destes bens, “de que se perdeu em grande parte o rasto”, assegura. “Bastaria o peso da realidade passada e a necessidade urgente de lhe dar resposta, para que novas frentes potencialmente conducentes a novos casos de polícia não fossem tão levemente abertas”, continuam os subscritores. Os “usos mercantis” devem ser excepções, porque condicionam o acesso universal aos monumentos – insistir neles será uma “deriva inaceitável”.

A cedência das peças da colecção Rainer Daehnhardt ao Vila Galé de Alter do Chão, um hotel criado no contexto do Revive, ainda não está formalizada, porque faltam os pareceres técnicos finais – e já houve vários negativos ao longo do processo. Também não é claro em que local do hotel serão expostas, uma vez que, de acordo com documentos a que o PÚBLICO teve acesso, a empresa está a criar um núcleo interpretativo, pre-



Na Coudelaria de Alter do Chão deverá abrir em breve um hotel ligado à ac

“ A reserva de um museu nacional não é uma arrecadação

João Neto

Presidente da Apom



PEDRO ELIAS

vendo ao mesmo tempo espalhar alguns objectos pelos espaços comuns do edifício.

O que tem faltado ao Governo na relação entre o que é público e o que é privado é “pensamento e capacidade de gestão”, defende, por seu lado, Jorge Custódio, presidente da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial e investigador da Universidade Nova de Lisboa.

E é porque ao Governo falta “ideia” que a concessão de património a privados é “uma trapalhada”. Desconhecem-se os “critérios que levam à escolha de uns imóveis e não de outros” e fica por apurar que importância o executivo atribui a estes bens, móveis ou imóveis, diz ainda este arqueólogo, que já dirigiu o Convento de Cristo: “Estão a perpetuar práticas patrimoniais do passado, com a agravante de que em Portugal sempre houve um problema de inventário. Já o [historiador Alexandre] Herculano dizia que os ministros não sabiam qual era o valor económico dos Jerónimos. Continuam a não saber. O valor destes bens não é o seu potencial turístico, mas a capacidade que têm de estimular o pensamento e as emoções desta e das gerações seguintes. Só as pessoas inteligentes criam riqueza. Olhar para o património como um bem transaccionável é a maneira errada de olhar para ele.”

Tem havido “um atropelo claro do património”, conclui Custódio, com decisões tomadas “à revelia da Lei-Quadro dos Museus, por governantes nomeados para a respeitar”, acrescenta João Neto.

Alcobaça e os outros

É também de “desrespeito completo pelo património histórico do país” que fala Soraya Genin, presidente do ICOMOS – Portugal, quando acusa o Governo de dar o seu aval a projectos de intervenção que “não passam de fachadismo”, quer em edifícios públicos, quer privados, nos centros históricos ou fora deles.

Para esta arquitecta especializada em conservação e reabilitação urbanas, iniciativas como o Revive têm por vezes sido postas em prática sem estudar convenientemente os futuros usos propostos para os imóveis. Exemplo desta prática lesiva fora deste programa, defende, é o projecto para a conversão em hotel de cinco estrelas do Claustro do Racha-

douro do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, sem utilização há 15 anos, desde que dali saiu um lar de idosos. Um projecto da autoria do arquitecto Eduardo Souto de Moura e promovido pelo Grupo Visabeira, que prevê a cedência do referido claustro por meio século para que nele seja criada um hotel com 80 quartos, piscina interior, SPA, ginásio e espaços para congressos, o que exige um investimento de 15 milhões de euros.

“Cabe a quem faz a gestão do património avaliar as possibilidades de uso e, quando elas alteram substancialmente as características arquitectónicas do edifício, rejeitá-las”, diz a presidente do ICOMOS. “Não estou a pôr em causa a qualidade do arquitecto, nem os benefícios de dar uso

a um espaço que estava vazio há muito tempo e, por isso, a degradar-se. Estou apenas a dizer que o tipo de uso tem de se adequar à arquitectura. Um lar de idosos pode fazer-se sem o luxo de alterar compartimentos pequenos porque não precisa de uma casa de banho em cada quarto, já um hotel de cinco estrelas não”, explica Soraya Genin. “Quando esta falta de estratégia de salvaguarda atinge o património mundial, não pode ser mais grave, não pode subir mais alto.” Alcobaça, uma abadia de fundação cisterciense, é património da humanidade há 30 anos.

Seja num mosteiro património mundial, seja noutra que é património nacional – como o de São Salvador de Travanca, beneditino, fundado no século XII, em Amarante, imóvel

que o empresário francês Jean-Claude Frederic Frajmund deverá transformar num hotel com 40 quartos –, o que está em causa é a preservação da integridade dos conjuntos classificados, argumenta a arquitecta.

Graça Fonseca, ministra da Cultura, defendeu ontem em visita à Fábrica de Azulejos Viúva Lamego a escolha de Bernardo Alabaça para o cargo de director-geral do Património, considerando “extraordinário” que o gestor tenha sido considerado “incapaz” antes mesmo de ter tido a oportunidade de mostrar o que pode fazer numa área, a da gestão de património público, em que tem experiência e já revelou ser muito competente.

lcanelas@publico.pt

PUBLICIDADE